



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA N.º 245/GM3, DE 5 DE ABRIL DE 1999.

Cria, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, o Curso de Especialização em Tecnologia Aeroespacial (CETAE), e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei n.º 2.165, de 5 de janeiro de 1954, no art. 2º, inciso II, do Decreto n.º 1.838, de 20 de março de 1996 e, considerando o que consta do Processo MAER n.º 06-01/0794/98, resolve:

Art. 1º - Criar, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Curso de Especialização em Tecnologia Aeroespacial (CETAE), com a finalidade de qualificar e especializar militares e civis na área de novas tecnologias aplicáveis às atividades aeroespaciais, proporcionando-lhes complementação de conhecimentos e atualização profissional.

Parágrafo único - O CETAE objetivará atender às necessidades do Ministério da Aeronáutica, admitindo-se a matrícula de candidatos de outros órgãos e entidades no interesse do Setor Aeroespacial.

Art. 2º - O CETAE será ministrado em nível de Pós-Graduação "latu sensu" e observará programa, elaborado anualmente pelo ITA, abrangendo conjuntos de matérias, constituindo cada conjunto um ciclo do Curso.

§ 1º - Cada ciclo do CETAE terá duração máxima de um bimestre.

§ 2º - As matérias compreendidas no programa do CETAE versarão sobre tópicos específicos e terão carga horária de 32 (trinta e duas) a 48 (quarenta e oito) horas-aula.

§ 3º - As aulas serão ministradas, preferencialmente, fora do horário normal de expediente do ITA.

Art. 3º - O programa completo do CETAE terá carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, não computados o tempo de estudo individual, ou em grupo, sem assistência docente.

Art. 4º - Serão emitidos certificados de conclusão aos alunos que cursarem o programa completo e obtiverem frequência e aproveitamento escolar, conforme disposto na legislação aplicável ao ITA.

Art. 5º - O ITA designará, dentre os membros de seu Corpo Docente, um Coordenador para o CETAE, ao qual competirá a coordenação geral e o acompanhamento acadêmico do Curso.

Art. 6º - As seguintes condições básicas deverão ser atendidas pelo candidato para possibilitar sua matrícula no CETAE:

I - se oficial da ativa da Aeronáutica:

- a) possuir diploma de curso superior de graduação em Engenharia, ou em áreas afins;
- b) não estar agregado;
- c) não estar em gozo de licença para qualquer fim; e
- d) não estar cogitado para realizar qualquer um dos cursos regulares de carreira no ano da matrícula.

II - se servidor civil em atividade no Ministério da Aeronáutica:

- a) possuir diploma de curso superior de graduação em Engenharia, ou em áreas afins;
- b) ser ocupante de cargo efetivo de nível superior; e
- c) não estar em gozo de licença para qualquer fim.

III - se oficial da ativa de outra Força Armada Brasileira ou de nações amigas ou servidor civil de outro órgão governamental ou empregado de entidade pública privada:

- a) possuir diploma de curso superior de graduação em Engenharia, ou em áreas afins; e
- b) ser indicado oficialmente ao ITA, observado o disposto no art. 7º.

Parágrafo único - A matrícula de candidatos estrangeiros dependerá de prévia análise, pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), especialmente quanto ao atendimento do conjunto das condições referidas nesta Portaria.

Art. 7º - O requerimento de matrícula deverá ser dirigido, por intermédio da cadeia de comando, pelo candidato que satisfizer as condições básicas previstas nesta Portaria:

I - ao Diretor-Geral do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento (DEPED) , para realização do programa completo do CETAE, quando o requerente for:

- a) oficial, da ativa, da Aeronáutica;
- b) servidor civil do Ministério da Aeronáutica;
- c) oficial, da ativa, de outra Força Armada Brasileira.

II - ao Diretor do Centro Técnico Aeroespacial no caso de:

- a) oficial, da ativa, da Aeronáutica, ou de outra Força Armada Brasileira, para cumprimento de programa parcial;
- b) servidor civil do Ministério da Aeronáutica, para cumprimento de programa parcial;
- c) servidor civil de outro Ministério ou entidade governamental, para cumprimento de programa completo ou parcial.

III - ao Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica no caso de empregado de entidade privada, para cumprimento do programa completo ou parcial.

IV - ao EMAER, por intermédio do adido militar do respectivo país, no caso de candidatos estrangeiros.

Art. 8º - O requerimento de matrícula, em todos os casos, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

afins;

II - histórico escolar;

III - cópia da cédula de identidade ou passaporte; e

IV - duas fotos 3x4 em recentes.

Art. 9º - No caso do disposto no art. 7º, inciso I, os candidatos que tiverem despacho favorável do DEPED serão indicados ao Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS).

§ 1º - Observado o número de vagas fixado de acordo com o art. 13, o DEPENS:

I - expedirá portaria de designação dos candidatos a serem matriculados no CETAE, publicando-a em boletim externo; e

II - fará imediata comunicação ao Comandante-Geral do Pessoal e ao Diretor-Geral do DEPED.

§ 2º - O Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) efetivará a movimentação, para o CTA, dos oficiais designados.

Art. 10 - Competirá ao ITA:

I - estabelecer o valor da taxa, por matéria, a ser paga pelos candidatos não pertencentes ao Ministério da Aeronáutica; e

II - efetuar a matrícula de todos os candidatos no CETAE.

Art. 11 - A exclusão do aluno do CETAE, matriculado no programa completo, verificar-se-á:

I - a pedido do interessado;

II - a pedido da organização a que pertencer o aluno;

III - no interesse da disciplina;

IV - por falta de frequência;

V - por insuficiência de aproveitamento;

VI - por motivo de saúde própria ou de dependente, após julgamento por Junta de Saúde, de acordo com a legislação vigente;

VII - por exclusão do Corpo de Oficiais da Ativa;

VIII - por exoneração do Serviço Público;

IX - por falecimento; ou

X - por conclusão do Curso, com aproveitamento.

Art. 12 - Ressalvado o disposto no parágrafo único, ao aluno excluído pelos motivos constantes nos incisos IV, V e VI do artigo anterior, poderá ser concedida rematrícula, conforme instruções complementares estabelecidas pelo ITA, tendo em vista as peculiaridades do Curso, desde que ainda atendidas, no que couber, as condições básicas do art. 6º, referenciadas à data da rematrícula.

Parágrafo único - Só se admitirá rematrícula, no programa completo, de militares da ativa e de servidores civis, na hipótese do inciso VI do artigo anterior.

Art. 13 - O DEPED, por proposta do CTA, ouvido o ITA, fixará por portaria, até 31 de outubro do ano anterior ao da matrícula:

I - as vagas para matrícula no CETAE, destinadas a candidatos militares, servidores civis e empregados de entidades públicas ou privadas para a realização do programa completo; e

II - o calendário anual do Curso.

Art. 14 - Enquanto matriculados no CETAE:

I - os oficiais da ativa da Aeronáutica:

- a) serão incluídos e permanecerão no efetivo do CTA, quando da realização do programa completo;
- b) adidos ao CTA, para fins disciplinares e administrativos, quando da realização do programa parcial.

II - os oficiais da ativa de outra Força ficarão adidos ao CTA, para fins disciplinares e administrativos.

III - os servidores civis ficarão vinculados administrativamente ao controle do setor de pessoal do CTA.

Parágrafo único - A classificação dos oficiais da Aeronáutica, quando de sua exclusão do programa completo do CETAE, será feita pela Diretoria de Administração do Pessoal, ouvida a organização de origem.

Art. 15 - Durante a realização do Curso, os militares nele matriculados ficarão, para fins disciplinares e administrativos, diretamente subordinados ao Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos, salvo nos casos de incompatibilidade hierárquica, quando a subordinação será definida pelo Diretor do CTA.

Art. 16 - As despesas decorrentes do transporte e manutenção dos alunos ficarão a cargo da organização de origem.

Art. 17 - Os alunos matriculados no CETAE estarão sujeitos ao regime escolar, de avaliação e demais disposições vigentes no ITA, notadamente as prescritas em seus Regulamento e Regimento Interno.

Art. 18 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER WERNER BRAÜER
Ministro da Aeronáutica